

Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos Sociais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE



Glossário

Glossário Organizado pela Coordenação do Curso, com a contribuição dos alunos e baseado nas apresentações dos professores e nas bibliografias sugeridas.

– Disciplina 1.1. Políticas e Perspectivas de Proteção Social

Profa. Maria Lúcia Werneck

Ajustes Governamentais: instrumentos jurídicos amparados por acordos internacionais. São mecanismos que funcionam como adendo ou aditamento a esses acordos de forma a operacionalizar ações entre o Brasil e outros países com vistas a viabilizar projetos, programas ou aspectos particulares previstos num dado acordo. A competência para assinar acordos com outros governos é do Governo Federal.

Burocratização: fenômeno decorrente da racionalização do mundo em que predomina o tipo de dominação que obedece à lógica orientada a fins, a finalidades e a objetivos, não a valores. A burocratização é a concretização do modelo de ações e retribuições em que o trabalho e o mérito são características impessoais, e onde a fraude e o favor cedem lugar ao mérito baseado em controle racional das ações.

Cidadania Regulada: É um tipo de cidadania que se construiu no Brasil a partir de 1930 que estipulava regras e pré-requisitos para a aquisição dos direitos de cidadão. Esse tipo de inclusão social levou em consideração o modelo de sociedade existente na época, que por sua vez guardava vínculos muito próximos com o Brasil Colônia, impedindo assim que as riquezas fossem plenamente exploradas. Por esta razão, o Estado adotou medidas para viabilização da cidadania por meio de um conjunto de normas e valores políticos, organizando assim um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Ou seja, eram cidadãos aqueles que tinham qualquer ocupação reconhecida e definida na lei. A cidadania passou a ser referenciada tendo como base três elementos: a regulamentação da profissão; a associação compulsória a um sindicato e a carteira profissional de trabalho. Os que não possuíam profissão regulamentada não eram considerados cidadãos e recebiam amparo da assistência social, que era feita através das Igrejas e da filantropia.

Clientelismo: É uma relação em que o patrão/Estado favorece o indivíduo/cliente em troca de apoio político ou financeiro estabelecendo a este uma relação de cliente financeiro, e não uma relação de cidadania baseada em direitos e deveres. No Brasil, o clientelismo constituiu a ligação política do séc. XIX, sustentando os atos políticos do Imperador Dom Pedro II, resultando em ascensão e quedas de famílias, clãs e partidos de acordo com a distribuição de cargos públicos em troca de proteção, favorecimento e lealdade política e pessoal.

Democracia Direta: tipo de governo onde os cidadãos jamais delegam o seu poder de decisão. As decisões são tomadas em assembléias gerais. Se por acaso precisam de um representante, este só recebe os poderes que a assembléia quiser dar-lhe, os quais podem ser revogados a qualquer momento. O representante não tem poder de decisão. A assembléia manda, o representante obedece.

Descentralização: Envolvimento dos três entes federativos (União, estados e municípios) na condução das políticas.

Desenvolvimentismo: ideologia política cuja viabilização operacional se dá através de mecanismos de planejamento e programação das ações políticas. Os pilares políticos do modelo desenvolvimentista são a política econômica produtivista e a política social incorporadora de segmentos sociais ao estatuto da cidadania. O termo estabeleceu a diferenciação entre países já desenvolvidos e os ainda subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – cuja missão seria tornar-se desenvolvido tendo como modelo os países do 1º mundo. Tornou-se o projeto político dominante do ocidente e de alguns outros países. No Brasil, o modelo presidiu a condução do país e as relações Estado/Mercado desde a década de 1930.

Distributividade: compartilhamento das receitas estabelecidas constitucionalmente. É o financiamento compartilhado de programas contributivos e não contributivos.

Estado de Bem-Estar Social: É constituído de um conjunto de regras e mecanismos que garantem ao cidadão benefícios básicos e que busca atenuar as dificuldades que afetam uma parcela dos habitantes. O eixo principal do Estado de Bem-Estar Social está focado no sistema de seguridade social, mas sistemas de educação e saúde também integram as políticas de bem-estar.

Estatização – é o aumento de empresas estatais, pertencentes ao governo, em um país. A estatização também pode ser uma política de Estado relacionada a um determinado projeto de nação.

Feudalização Predatória: Semelhante ao conceito de Privatização do Público, ou seja, transferência do papel do Estado para as organizações empresariais privadas. Como exemplo pode-se citar a questão da assistência médica mediante contratação de clínicas e hospitais privativos.

Patrimonialismo: sistema de dominação que tem como fundamento o volume de patrimônio. No Brasil, o nome é utilizado para se referir ao domínio de poucos grupos de altos funcionários aliados ao patronato político cujos interesses comuns formam uma associação que intuito colonizar e monopolizar o controle da condução política.

Perfil Decisório: é um conjunto de variáveis consideradas essenciais por aquelas pessoas que tomam decisões na diferentes áreas funcionais das empresas. Podem também se referir aos tipos de decisões tomadas nas instâncias de interesses dos grupos executivos. Havia dois tipos de agências que contemplavam o perfil decisório no Brasil: as agências de políticas econômicas e as de políticas sociais que, com o passar do tempo, sofreram um processo de desburocratização e passaram a ser esferas de decisão tecnocrática.

Políticas Econômicas: Políticas globais de utilização, arrecadação, manutenção e aplicação de recursos do País, definindo as políticas salariais, fiscais, tributárias dentre outras do sistema econômico da Nação.

Políticas Sociais: gestão de ações públicas cujo objetivo é a promoção de bem estar dos cidadãos e a redução das desigualdades sociais, de modo a propiciar o acesso das pessoas, com equanimidade e paz, às riquezas materiais e imateriais da sociedade.

Privatização do Público: adoção de critérios de mercado nas políticas sociais. Subordinação das decisões públicas à lógica da eficiência empresarial (retorno financeiro). Transferência da tarefa de provimento para organizações empresariais privadas. Privatização do patrimônio do Estado, como é o caso da privatização do dinheiro, isto é, utilização de fundos públicos para financiar o setor privado; particularização dos programas sociais, que são incentivos às empresas para o fornecimento de provisões, cuja a contrapartida do governo seria deduzindo impostos e contribuições; desinvestimento do setor público.

Proteção Social: seguridade que o Estado proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte, e também a proteção na forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos.

Questão Social: Questão social é o nome que se utiliza para designar os temas de maior privação ou a exclusão do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais por certa parcela da sociedade. As principais formas de expressão da questão social no Brasil são trabalho/emprego, a saúde, a educação, a segurança e a cidadania.

Seguros Sociais: São encargos criados para proporcionar à sociedade e aos indivíduos maiores garantias sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais, morais e recreativos.

Sistema Dual: Sistema de educação que amplia a distância das classes sociais praticamente dissociando-as, criando um sistema de educação voltado para a classe dominante (Escolas renomadas e Universidades) e outro para a educação do povo (ensino fundamental e profissionalizante).

Universalidade: Direitos sociais de cidadania para todos através de critérios objetivos para o usufruto de tais direitos.

– Disciplina 1.2.

Dilemas de implementação de programas sociais

Profa. Lenaura Lobato

Avaliação da política: é a avaliação voltada para os processos ou impactos da política, levada adiante com critérios de natureza política (e não técnica). No caso brasileiro, ainda são poucas as avaliações que se concentram no aspectos substantivos da política (como justiça social, igualdade, equidade, por exemplo) para além dos programas e projetos.

Avaliação dos resultados: é a avaliação que se concentra nos resultados (conhecidos também pelo nome de *outputs*) de um programa. Esses resultados podem ser bens ou serviços necessários para que os objetivos finais sejam alcançados. Se os objetivos do programa forem de curto prazo, os resultados são chamados de *outcomes*.

Avaliação: prática de atribuir valor a ações. No caso dos projetos, programas e políticas do governo, significa uma atividade cujo objetivo é de maximizar a eficácia dos programas na obtenção dos seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos.

Capital social: características de uma organização que contribuem para aumentar a eficiência da suas ações. A característica mais importante e conhecida do capital social é a confiança que os clientes possuem na organização e a que esta transmite ao público em geral.

Cidadania diferenciada: É o exercício de direitos e deveres de forma diferenciada por localidade ou região. É também o abandono da cidadania universal e o aparecimento de uma cidadania que exige direitos e responsabilidades especiais de certos indivíduos implicando numa diversidade, que pode ser nomeada de cidadania diferenciada.

Cidadania: direitos e deveres civis, políticos e sociais que vinculam o cidadão ao Estado.

Configuração típica do estado de Bem-Estar: conjunto de regras e mecanismos que garantem ao cidadão benefícios básicos e que busca atenuar as dificuldades que afetam uma parcela dos habitantes de uma dada sociedade. O eixo principal do Estado de Bem-Estar Social está focado no sistema de seguridade social, mas sistemas de educação e saúde também integram as políticas de bem-estar.

Controle Social: é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas, dos programas, dos projetos e das contas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados.

Descentralização: Sistema político que se opõe à centralização e que consiste em distribuir pelas autarquias locais as diversas atribuições da administração pública, conferido-lhes a decisão dos negócios da respectiva circunscrição.

Efetividade: é a realização da ação adequada para transformar a situação existente.

Eficácia: resultado obtido da comparação entre as realizações e os resultados reais com os que foram estabelecidos.

Eficiência: é o resultado da comparação entre as realizações e os resultados com os recursos utilizados para atingi-los.

Eqüidade: satisfação das necessidades básicas da população ordenadas de acordo com o grau de urgência relativa de cada situação social específica. No jargão da administração pública, significa tratar diferentemente os diferentes, sejam estes indivíduos ou situações.

Estado: comunidade organizada sob égides políticas, que ocupa um território definido, normalmente sob constituição, e comandada por um Governo. Pode também ser definido como o possuidor do monopólio do uso legítimo da violência.

Financiamento da política social: recursos públicos utilizados nas atividades de geração e de manutenção das políticas sociais. A qualidade desses serviços depende de gastos financeiros, em especial os referentes ao salário dos trabalhadores

Focalização: opção voluntária em priorizar e concentrar esforços numa determinada população-objeto tendo em vista o montante disponível de recursos disponíveis. Está em oposição a atender precariamente muitas populações.

Governo: Grupo legítimo que mantém o poder, sendo o Estado a estrutura pela qual a atividade do grupo é definida e regulada. É formado por todos os poderes e funções da autoridade pública.

Implementação da política: São execuções de ações de Governo em diversos ramos de sua alçada (econômica, fiscal, comercial, monetária, etc.). É Também um guia para apoiar os gerentes e especialistas em avaliação a dar foco ao seu trabalho de mensuração e relato de resultados durante um ciclo de vida política, programa ou iniciativa. Para a implementação da política, deve-se pensar em definir os resultados estratégicos do programa; orientar a execução com foco nos resultados; em mensuração objetiva e regular de desempenho; em construir um processo de aprendizado contínuo e em implementar ajustes com vistas à maior eficiência e eficácia – “efetividade”.

Justiça Social: Refere-se às exigências de distribuição equitativa das riquezas, à justa remuneração do trabalho, à luta contra a interrupção do trabalho, à distribuição da propriedade privada e dos seguros sociais.

Municipalização: é o aspecto da descentralização que distribui as diversas atribuições da administração pública da União e dos estados para o município.

Participação Social: é o processo pelo qual os vários estratos sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada

Pauperização das políticas: empobrecimento e limitação das políticas públicas através das práticas de não avaliação dos seus aspectos substantivos; da concentração das atenções na renda do beneficiário e no custo do programa para o governo. A pauperização das políticas sociais no Brasil foi uma das conseqüências da promulgação da Constituição de 1988, mesmo que esta tenha apresentado avanços importantes em alguns aspectos.

Política social: relação entre Estado e sociedade para a garantia da reprodução social que se traduz em uma relação de cidadania. É o lugar por excelência de conflitos inerentes a todas as formas de desigualdade e exclusão e se distingue das demais políticas públicas por revelar continuamente tais conflitos.

Política: concepções de organização social assentada sobre a reciprocidade entre Estado e cidadãos baseada em instrumentos legais para o exercício da força daquele sobre este.

Programa: é um conjunto articulado restrito de atividades dirigido a situações-problema às quais se busca responder.

Solidariedade: condição em que as pessoas se obrigam por todas e por tudo, no caso de falta de pagamento por parte das outras.

Universalização: direito de todos os habitantes a receber alguns serviços, independentemente de sua capacidade de pagamento.

– Disciplina 2.1.

Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos Sociais

Profa. Maria das Graças Rua

Abordagem Experimental: É a mais adequada ao exame de relações de causa e efeito. Requer a criação/definição de grupo experimental e grupo de controle (grupo não exposto à intervenção). Usualmente, procura-se manter constantes as características de ambos os grupos e efetuar seleção aleatória dos seus componentes. Há situações em que não é possível formar grupos de controle.

Abordagem Quase-Experimental: É utilizada em situações onde não é possível formar grupos de controle. Neste tipo de abordagem, examina-se o momento anterior e o momento posterior a uma política ou programa.

Accountability: Uma das finalidades da avaliação de políticas públicas, significando estabelecer elementos para julgar e aprovar decisões, ações e seus resultados. Facilita a responsabilização do gestor/agente tanto pela tomada de decisões como por sua implementação, obrigando-o a prestar contas de suas ações e também de possíveis omissões.

Árvore de Objetivos ou de Soluções: É construída a partir da árvore de problemas, ou seja, de uma cadeia de causalidades, para propor um conjunto de relações meios-fins como alternativas de solução para o problema original.

Árvore de Problemas: Metodologia destinada a relacionar os problemas existentes em uma área de forma integrada, de maneira que sejam definidas suas causas e consequências. Consiste, em síntese, de um sistema hierarquizado de relações causa-efeito de um problema original.

Atividades: São as tarefas, de caráter continuado, a serem desempenhadas para produzir um output específico do programa.

Avaliação de Impacto: Trata-se de avaliação de um ou mais resultados de médio ou longo prazo, definidos como “impactos”, ou seja, consequências dos resultados imediatos.

Avaliação de Processo (a posteriori): Trata-se do exame das estratégias, procedimentos e arranjos (inclusive institucionais) adotados na implementação de uma política, programa ou projeto, com a finalidade de identificar os pontos onde podem ser obtidos ganhos de eficiência e eficácia. Tem por hipótese central a idéia de que os meios adotados afetam os resultados. Portanto, o seu objeto de análise é o “como” uma ação foi executada, ou seja, a cadeia de passos adotados desde a formulação da política ou programa até a obtenção do seu produto final.

Avaliação de Qualidade: Significa a avaliação de um produto considerando-se sua qualidade, ou seja, a capacidade de um bem ou serviço atender às expectativas do seu público-alvo. Nesta dimensão se incluem, por exemplo, as avaliações de satisfação dos usuários de um serviço.

Avaliação de Quarta Geração: Outra modalidade de avaliação que focaliza as queixas, interesses e reivindicações dos *stakeholders*. O objetivo é capturar e compreender as percepções dos atores envolvidos e afetados pela política/programa. Em vez dos objetivos explicitados, os custos, riscos e benefícios são examinados “através dos olhos” dos *stakeholders*.

Avaliação de Resultado: Tem por objeto os resultados, também chamados de “outputs”, significando bens ou serviços de um programa ou projeto que são necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados. A avaliação de resultados também pode focalizar os resultados obtidos com um política, programa ou projeto, indicados como seus objetivos de curto prazo ou intermediários, chamados de “outcomes”.

Avaliação Ex-ante: Expressa uma concepção holística, interativa e iterativa, segundo a qual a avaliação se inicia desde o momento em que se define o problema ou necessidade que justifica a política, programa ou projeto, integra as discussões em torno da formulação das alternativas, envolve a tomada de decisão, e acompanha o processo de gestão, informando-o sobre os seus avanços, riscos e limitações, desvios a corrigir, vantagens a maximizar etc. Numa outra acepção, mais restrita, a avaliação *ex-ante* consiste na análise de eficiência e na análise de impacto. A primeira corresponde, especificamente, ao cálculo de custos de cada alternativa. A segunda consiste na estimação do impacto de cada alternativa, derivado dos objetivos propostos.

Avaliação Ex-post: Refere-se à avaliação que é concebida sem relação com planejamento e nem mesmo com o processo de implementação, sendo desenhada quando a política, programa ou projeto já se encontra consolidado ou em fase final. Na acepção restrita, a avaliação *ex-post* não diz respeito ao momento em que se pensa ou se planeja a avaliação. O foco, nesse caso, recai sobre o que é calculado: o custo efetivo de cada alternativa, pelo mesmo processo de análise de custos da avaliação *ex-ante*, porém tendo como referência os valores efetivamente dispendidos. Embora usando os mesmos procedimentos de cálculo, os impactos são mensurados por meio da comparação entre a situação inicial da população-alvo (linha de base, ou “baseline”) e a sua situação ao final de um certo período de tempo. É possível comparar os impactos observados também com os impactos estimados na avaliação *ex-ante*, para verificar se a seleção de alternativas de intervenção foi ótima.

Avaliação Formal: É o exame sistemático de certos objetos, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre o conteúdo, estrutura, processo, produtos, resultados, qualidade e/ou impactos de quaisquer intervenções planejadas na realidade.

Avaliação Independente de Objetivos: Modalidade de avaliação participativa que não é iniciada pelos objetivos da política ou programa, mas com a população-alvo mais afetada pelo mesmo. A finalidade é apurar os resultados e impactos da política ou programa, examinando como e quanto a população-alvo é afetada e comparando esses dados com o que a política/programa especificamente indica como objetivos. Dessa forma, procura-se evitar o viés trazido pelo prévio conhecimento dos objetivos – o avaliador conhece a clientela e o programa, mas não seus objetivos precisos.

Avaliação Participativa: Trata-se de um conjunto de procedimentos desenvolvidos com a finalidade de incorporar tanto os usuários com as equipes de gestores ao processo de monitoramento e avaliação.

Avaliação: Ferramenta que contribui para integrar as atividades do ciclo de gestão pública. Envolve tanto julgamento como atribuição de valor e mensuração. Não é tarefa neutra, mas comprometida com princípios e seus critérios. Requer uma cultura, uma disciplina intelectual e uma familiaridade prática, amparadas em valores. Deve estar presente, como componente estratégico, desde o planejamento e formulação de uma intervenção, sua implementação (os conseqüentes ajustes a serem adotados) até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, mudança de rumo ou interrupção, indo até o controle.

Economicidade: Objetivo ou critério de avaliação que mensura a capacidade de reduzir custos.

Efetividade: É a capacidade de desencadear mudanças sociais permanentes, que alteram o perfil da própria demanda por políticas/programas sociais e que retroalimentam o sistema de políticas sociais. Pode também ser definida como a capacidade de maximizar a eficácia e a eficiência.

Eficácia: é a capacidade de produzir os resultados esperados/desejados com a execução da ação.

Eficiência: é a obtenção do produto esperado com o menor custo possível. Em outras palavras, é a capacidade de produzir os resultados esperados/desejados com o menor dispêndio de recursos (humanos, materiais e financeiros).

Eqüidade: É a capacidade de contribuir para a redução de assimetrias.

Grupo Focal: É uma técnica para a coleta de dados para um projeto com roteiro semi-estruturado, sem perguntas muito direcionadas. O grupo focal deve ser realizado, prioritariamente, com no mínimo seis e no máximo doze pessoas, para que não se perca o foco. É uma técnica econômica e eficiente, onde as informações fluem com mais facilidade.

Impacto: É definido como um resultado dos efeitos de um programa ou projeto, extravasando os limites de onde ocorreu o resultado. É mais abrangente que o efeito, podendo inclusive ocorrer fora da esfera do programa. O impacto não necessariamente ocorre após o efeito, podendo ocorrer antes e mesmo durante o programa.

Marco Lógico (BID): Também chamado de quadro lógico (GTZ) ou matriz lógica (BIRD). Trata-se de uma estratégia que permite definir os fatores e os vários estágios de uma política ou programa. É uma metodologia que serve tanto para o planejamento quanto para o monitoramento e a avaliação, sendo, talvez, a única metodologia que permite pensar como avaliar fazendo uma ligação desde o estágio inicial até o controle. O marco lógico tem como seu principal produto a matriz do marco lógico (MML) ou matriz de planejamento do projeto (MPP), ou ainda *Project Design Matrix* (PDM). Descritivamente, é uma matriz 4 X 4, começando do nível mais básico (geralmente atividades ou insumos) no canto inferior esquerdo e subindo numa hierarquia logicamente organizada, do mais simples e parcial, para o mais complexo e global. Analiticamente, o marco lógico consiste em uma estrutura de implicações lógicas de causa-efeito com relação a uma situação-problema, e de meios-fins em relação à intervenção proposta para mudar a situação-problema. Consiste, portanto, em um conjunto de conceitos inter-relacionados que definem as causas de uma intervenção (projeto), bem como o que deve ser feito (estratégia) para alcançar o resultado desejado.

Meta Avaliação: Frequentemente uma política ou programa passa por diversas avaliações em diferentes estágios da sua formulação e implementação. Essas avaliações podem focalizar diversos aspectos e informantes. Elas são o material para a Meta-Avaliação. Não podem ser tomadas pelo seu valor de face, mas são examinadas de modo a propiciar uma visão da qualidade e do contexto em que a política/programa, identificarmos problemas recorrentes, contradições etc.

Metas: São compromissos expressos em termos de um objeto a ser realizado, em certa quantidade e em certo período de tempo.

Monitoramento: Também conhecido como avaliação em processo, trata-se da utilização de um conjunto de estratégias destinadas a realizar o acompanhamento de uma política, programa ou projeto. É uma ferramenta utilizada para intervir no curso de um programa, corrigindo sua concepção. É o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e os impactos das ações realizadas. O monitoramento permite identificar tempestivamente as vantagens e os pontos frágeis na execução de um programa e efetuar os ajustes necessários à maximização dos seus resultados e impactos.

Observação (sistemática): É uma técnica de pesquisa na qual o observador/pesquisador tira suas próprias conclusões a partir de diversas observações. Pode ser realizada por multi-observadores, com visões diferentes das mesmas situações. A observação deve ser realizada por meio de um roteiro, baseado em um estudo prévio. Também podem ser realizadas observações cruzadas.

Painel: É um procedimento de coleta e análise de dados que pode ser quantitativo ou qualitativo: apresenta uma montagem de um painel c/ várias opiniões e alternado período de tempo. (sempre com as mesmas pessoas).

Participatory Impact Monitoring (PIM): Modalidade de avaliação participativa na qual não são focalizados os planos ou sistemas de objetivos formalizados, mas as percepções individuais dos beneficiários e outros afetados pelas políticas, programas ou projetos, com a finalidade de tornar rotineira e amadurecida a prática de refletir e analisar as atividades e mudanças introduzidas por uma intervenção em suas vidas e na sua comunidade.

Pesquisa Avaliativa: É um procedimento de coleta de dados primários, podendo se valer de análises tanto quantitativas (censos e pesquisas por amostragem probabilística e não probabilística – questionários aplicados por entrevistador ou auto-aplicáveis) quanto qualitativas (entrevistas em profundidade, individuais, coletivas ou em grupos focais, não estruturadas, semi-estruturadas ou estruturadas).

Política Pública: Conjunto de diretrizes que orientam as direções (decisões) a serem tomadas, as quais, por sua vez, orientam as ações a serem implementadas. Refere-se aos processos, tanto sociais, políticos como econômicos, que conduzem à tomada e execução de decisões através das quais se alocam recursos a uma parte ou a toda a sociedade.

Problema: Corresponde a uma situação que apresenta conseqüências negativas, indesejáveis, injusta etc e que, por isso, requer uma intervenção. Em outras palavras, problema é a defasagem entre uma situação real, insatisfatória ou indesejada, e uma situação desejada. Todos os problemas têm que obedecer a dois critérios: ser concretos e sustentados.

Programas: São as unidades de planejamento das políticas públicas. Conforme a sistemática adotada no PPA, eles agregam projetos e/ou atividades.

Projetos: É um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo. Em síntese, são ações com início, meio e fim.

Sistemática de Monitoramento e Avaliação: É um conjunto articulado de monitoramento e diversos tipos de avaliação com foco e objetivos distintos, que não se replicam, mas são combinados de modo a se complementarem uns aos outros.

Stakeholders: todos os atores que tenham algum tipo de interesse na política, programa ou projeto. Podem ser os gestores, as populações-alvo, os fornecedores de insumos, os financiadores (inclusive os contribuintes), os excluídos e os diferentes segmentos da sociedade civil envolvidos direta ou indiretamente.

Sustentabilidade: É a capacidade de manter ou expandir os ganhos obtidos, para além da intervenção. Pode ser definida também como a capacidade de desencadear mudanças sociais permanentes, que alteram o perfil da própria demanda por políticas/programas sociais e que retroalimentam o sistema de políticas sociais.

Tempestividade (Celeridade): Significa a capacidade de alcançar os objetivos/efeitos pretendidos em tempo hábil.

– **Disciplina 2.2.**

Acompanhamento de Programas e Projetos Sociais

Profa. Juceli Borges

Acompanhamento: É uma responsabilidade atribuída legalmente aos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, para exercer a função gerencial fiscalizadora sobre a execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos com duração certa, assim como sobre obras e serviços pactuados na forma de convênios, contratos e outros. É uma atividade mecânica e burocrática, que se confunde com o conceito de monitoramento empregado no atual modelo de gestão do PPA.

Comissão de Monitoramento e Avaliação: Comissão constituída pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e do Meio Ambiente, além da Casa Civil, com a finalidade de deliberar sobre propostas de normas e procedimentos gerais relativos ao monitoramento e avaliação dos programas do Poder Executivo. Além disso, oferece elementos técnicos que orientem o processo de alocação de recursos orçamentários e financeiros e a revisão dos programas, com vistas ao alcance dos resultados.

Contrato de Gestão: Principal instrumento firmado pelo Ministério supervisor e a instituição supervisionada, visando à sua gestão estratégica e à consolidação da administração gerencial, por meio do qual eram estabelecidos objetivos, metas a serem atingidas durante sua vigência e indicadores de desempenho que permitiam avaliar, de forma objetiva, os resultados apresentados em comparação com os compromissos acordados no documento.

Contrato de Repasse: Instrumento de transferência voluntária realizado por intermédio de instituições financeiras oficiais federais, que atuam como mandatárias da União. O contrato de repasse equipara-se à figura do convênio e segue, no que couber, às disposições da IN 01/97 – STN. O contrato de repasse é disciplinado pelo Decreto nº 1.819, de 16 de fevereiro de 1996.

Contrato: É todo acordo de vontades, firmado livremente pelas partes, para criar obrigações e direitos recíprocos.

Convênio: Instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos e tem como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, que esteja gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução descentralizada de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

INFRASIGs: São sistemas de gerenciamento setorial de programas e ações de governo. Permitem que cada Ministério possua sistema de apoio à gestão, de acordo com suas necessidades e especificidades, além de possibilitarem uma visão global do desempenho e restrições do Ministério e suas vinculadas.

Monitoramento (segundo a Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA): É uma atividade gerencial voltada para permitir rápida avaliação das ações governamentais e do contexto em que ocorrem de modo a prover a administração de informações sintéticas e tempestivas, que permitam identificar e viabilizar a superação de restrições ao andamento da ação governamental em tempo de execução.

Plano Gerencial de Programa: Instrumento que orienta a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de programas. Estabelece os compromissos entre os diversos atores que interagem para o alcance dos resultados dos programas/ações. Além disso, apóia o processo de tomada de decisões estratégicas e operacionais por parte dos gerentes e coordenadores de programas e dos colegiados.

SIGPLAN: sistema de informações adotado para o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos programas do Plano Plurianual.

– Disciplina 2.3

Indicadores para Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos

Prof. Paulo Jannuzzi

Alternativas: são as soluções possíveis para o problema, uma alternativa para ser submetida ao processo de decisão necessita ser adequada e exequível, deve ser eficaz e ser possível de ser implantada com os recursos disponíveis.

Análise Multicritério: consiste em um conjunto de métodos e técnicas para auxiliar ou apoiar pessoas e organizações a tomarem decisões, dada uma multiplicidade de critérios. É considerada uma técnica da pesquisa operacional, área do conhecimento que lida com problemas de otimização de processos. Também pode ser definida como uma técnica quantitativa para tomada de decisão, que permite a objetivação dos juízos de valor ou subjetividade inerente ao processo decisório em que interagem vários agentes e em que a decisão deve ser baseada em múltiplos critérios.

Analistas: agentes que auxiliam o(s) facilitador(es) e o(s) decisor(es) na estruturação do(s) problema(s) e identificação dos fatores do meio ambiente que influenciam na evolução, solução e configuração do problema.

Confiabilidade: propriedade de um indicador que se relaciona à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo.

Critérios: são atributos, indicadores que permitem a comparação de alternativas segundo um eixo particularmente significativo ou ponto de vista. O critério também é definido como uma função de valor real sobre um conjunto de alternativas, que permita obter algum tipo de significado ao comparar duas alternativas de acordo com um ponto de vista particular.

Decisores: agente(s) que influencia(m) no processo de decisão de acordo com o juízo de valores que representa(m) e/ou relações que se estabeleceram; estas relações devem possuir caráter dinâmico, pois poderão ser modificadas durante o processo de decisão devido ao enriquecimento de informações e/ou interferência de facilitadores.

Desenvolvimento Humano: O principal objetivo do desenvolvimento é ampliar as escolhas das pessoas e capacita-las a desfrutar uma vida longa, saudável e criativa. O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades de que as pessoas desfrutam. O processo de desenvolvimento é a história do triunfo sobre as privações de liberdade. Desenvolvimento humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de um padrão adequado de vida para a população.

Especificidade: propriedade de um indicador que corresponde a sua capacidade de refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse.

Facilitadores: agentes que facilitam o processo de comunicação, focalizando a atenção na resolução do(s) problema(s), coordenando os pontos de vista do(s) decisor(es), mantendo o(s) decisor(es) motivado(s) e destacando o aprendizado no processo de decisão.

Indicador Social: Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). Também pode ser definido como um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Indicadores: São medidas que operacionalizam um conceito abstrato ou processo decisório. Subsídios indispensáveis nos processos de tomada de decisão, são ferramentas importantes na visualização e entendimento dos problemas sociais. Também podem ser definidos como instrumentos para apreensão e aprimoramento das ações, por meio do monitoramento e avaliação de programas.

Indicadores-processo ou fluxo: são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto), como número de consultas pediátricas por mês, merendas escolares distribuídas diariamente por aluno, ou ainda homens-hora dedicados a um programa social.

Indicadores-produto: são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas. Esses indicadores retratam os resultados efetivos das políticas sociais.

Indicador-insumo: corresponde às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. Esse tipo de indicador quantifica os recursos disponibilizados nas diversas políticas sociais.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): índice construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das três dimensões básicas citadas do desenvolvimento humano e para as quais se dispõe de informações com maior regularidade nos diversos países: um indicador composto de nível educacional (computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolarização); a esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à morbi-mortalidade; e o produto interno bruto per capita ajustado segundo uma técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país. O IDH se situa entre 0 e 1, sendo considerados baixos os que variam entre 0 a 0,5 (exemplos: Serra Leoa – 0,25; Níger – 0,29), médios os que variam entre 0,5 e 0,8 (Brasil – 0,75; México – 0,78), e altos os acima de 0,8 (Suécia – 0,926; Canadá – 0,935).

Índice de Pobreza Humana (IPH): índice criado em 1997 pelo PNUD para medir o grau de pobreza humana ou de privação de meios básicos à sobrevivência. Enquanto o IDH mediria os progressos médios nas dimensões de educação, saúde e recursos materiais para sobrevivência, o IPH avaliaria o nível de privação nestas dimensões.

Inteligibilidade: propriedade de um indicador relacionada à transparência da metodologia de construção do mesmo, bem como à sua comunicabilidade, ou seja, que o indicador seja compreensível a todos.

Linha de Indigência: corresponde ao custo de uma cesta de alimentos que perfaz os requerimentos de consumo individual ao longo de um mês.

Linha de pobreza: corresponde ao custo de uma cesta de alimentos da linha de indigência mais os custos de transporte coletivo, remédios, material escolar, aluguel etc.

Periodicidade: propriedade de um indicador que indica o período em que o mesmo pode ser atualizado. Ressalte-se que a factibilidade de sua obtenção, bem como a facilidade na sua atualização, são aspectos cruciais na construção e seleção dos mesmos.

Sensibilidade: propriedade de um indicador que diz respeito a sua capacidade de refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram.

Sistema Estatístico Nacional: conjunto de instituições públicas e privadas produtoras de estatísticas com recursos públicos, sob uma coordenação central ou não, abrangendo diferentes áreas temáticas e níveis federativos. Também é entendido como o conjunto de informações estatísticas relativas à realidade econômica e social, estruturada segundo regras e princípios de compatibilização de conceitos, categorias analíticas, classificações.

Validade: propriedade de um indicador, a qual corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou “operacionalizar”.

– Disciplina 2.4. Custo-Efetividade

Profa. Maria Leonídia Malmegrin

Custeio baseado em atividades: sua proposta é aprimorar a apropriação dos custos fixos e indiretos, focalizando as atividades organizacionais como os elementos principais para a análise do comportamento dos custos.

Custeio integral ou por absorção: esse tipo de custeio apropria aos produtos todos os custos envolvidos, sejam variáveis ou fixos, sejam diretos ou indiretos, mediante o estabelecimento de critérios de rateio;

Custeio marginal ou direto: essa forma de custeio apropria aos produtos – bens ou serviços produzidos – somente os custos diretos e variáveis gerados em sua produção;

Custo: é a parcela do gasto que é aplicada na produção ou em qualquer outra função de custo, gasto esse desembolsado ou não. Custo é o valor aceito pelo comprador para adquirir um bem ou é a soma de todos os valores agregados ao bem desde sua aquisição, até que ele atinja o estágio de comercialização. Custo também pode ser definido como a relação entre o resultado produzido e os recursos financeiros utilizados nessa operação.

Custo-benefício: a análise custo-benefício compara os benefícios e os custos de um projeto em particular e se os primeiros excedem aos segundos, fornece um elemento de julgamento inicial que indica sua aceitabilidade. Se, pelo contrário, os custos superam os benefícios, o projeto deve ser, em princípio, rejeitado. Este tipo de análise somente é utilizado quando os resultados e os custos do projeto podem ser traduzidos em unidades monetárias.

Custo-efetividade: tanto a análise custo-efetividade como a custo-benefício procuram maximizar a consecução dos objetivos de um projeto. Mas, enquanto a análise custo-efetividade não exige que os benefícios sejam expressos em unidades monetárias, isto é uma necessidade inevitável na análise custo-benefício. Em outras palavras, análise custo-efetividade é uma técnica analítica que compara os custos de um projeto com os benefícios resultantes, não expressos na mesma unidade de medida. Os custos são usualmente traduzidos em unidades monetárias, mas os benefícios/efeitos são “vidas salvas”, por exemplo, ou qualquer outro objetivo relevante.

Custo-eficácia: essa análise diz respeito à disciplina no uso dos recursos (por exemplo, custos programados X custos reais).

Custo-eficiência: função de análise econômica de programas e projetos que relaciona a redução dos custos com o aumento da produtividade dos mesmos (ex: custos decrescentes).

Custos Diretos: São os custos que podem ser diretamente apropriados a cada tipo de bem ou órgão no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo.

Custos Fixos: São os custos de estrutura que ocorrem período após período sem variações ou cujas variações não são conseqüências de variações do volume de atividade em períodos iguais.

Custos Indiretos: São os custos que não se podem apropriar a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência. Os custos indiretos ocorrem genericamente em um grupo de atividades ou órgãos, ou na empresa em geral, sem possibilidade de apropriação direta a cada uma das funções de acumulação de custos no momento de sua ocorrência.

Custos Variáveis: São os custos que variam em função da variação do volume de atividade, ou seja, da variação da quantidade produzida no período.

Custo-utilidade: é a análise que considera a qualidade como preferência (por exemplo, custo X qualidade dos ganhos obtidos com uma intervenção social de saúde).

Desperdícios: São os gastos representados por custos e despesas realizados de forma não eficiente; são atividades que não agregam valor, como, por exemplo, a produção de itens defeituosos e a capacidade ociosa da linha de produção.

Despesas: São gastos representados pelos valores dos bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas, assumidos de forma voluntária, não se relacionando com as atividades da empresa. Em suma, é a parcela do gasto que ocorre desligada das atividades de elaboração dos bens e serviços.

Gastos: são os valores pagos ou assumidos para obter a propriedade de um bem, incluindo ou não a elaboração e a comercialização, considerando as diversas quantidades adquiridas, elaboradas ou comercializadas. O gasto é genérico, não necessitando, portanto, ter ligação com os objetivos sociais da empresa. Em outras palavras, são transações financeiras nas quais são utilizados recursos ou é assumida uma dívida, em troca da obtenção de um bem ou serviço.

Investimentos: São os gastos que irão beneficiar a empresa em períodos futuros, como, por exemplo, a aquisição de ativos como estoque e máquinas e o consumo dos estoques serão considerados, posteriormente, como custos de produção.

Perdas: São os gastos involuntários, decorrentes de situações excepcionais que fogem à normalidade operacional da empresa, como, por exemplo, a deterioração normal de ativos provocada por incêndios, inundações, furtos etc.

– Disciplina 3.1. Técnicas Quantitativas de Levantamento de Dados

Profa. Claudete Ruas

Amostra (Amostragem): é a seleção de uma parte da população para ser observada. Para definir-se a amostra, é necessário estabelecer um rigoroso plano de amostragem, capaz de garantir a sua representatividade.

Amostragem Aleatória Simples: para a seleção de uma amostra aleatória simples é preciso ter uma lista completa dos elementos da população, ou de unidades de amostragem apropriadas. Este tipo de amostragem consiste em selecionar a amostra através de um sorteio, sem restrição. As tabelas de números aleatórios, as quais podem ser criadas utilizando-se o Microsoft Excel, facilitam o processo de seleção de uma amostra aleatória.

Amostragem de Conglomerados: conglomerado significa um grupamento de elementos da população (por exemplo, numa população de domicílios de uma cidade, os bairros formam conglomerados de domicílios). Este tipo de amostragem consiste, num primeiro estágio, em selecionar conglomerados de elementos. Num segundo estágio, ou se observam todos os elementos dos conglomerados selecionados no primeiro estágio (amostragem de conglomerados em um estágio), ou, como é mais comum, faz-se nova seleção, tomando amostras de elementos dos conglomerados extraídos no primeiro estágio (amostragem de conglomerados em dois estágios). Todas as seleções devem ser aleatórias.

Amostragem Estratificada Proporcional: neste caso particular de amostragem estratificada, a proporcionalidade do tamanho de cada estrato da população é mantida na amostra. Por exemplo, se um estrato corresponde a 20% do tamanho da população, ele também deve corresponder a 20% da amostra. Quando os estratos formam subgrupos mais homogêneos do que a população como um todo, uma amostra estratificada proporcional tende a gerar resultados mais precisos, quando comparada com uma amostra aleatória simples.

Amostragem Estratificada Uniforme: nesse tipo de amostragem, seleciona-se a mesma quantidade de elementos em cada estrato. Por exemplo, para selecionar uma amostra estratificada uniforme de 12 indivíduos da comunidade da escola, deve-se selecionar 4 indivíduos de cada categoria. Esta amostragem costuma ser usada em situações em que o maior interesse é se obter estimativas separadas para cada estrato, ou ainda, quando se deseja comparar os diversos estratos.

Amostragem Estratificada: a técnica de amostragem estratificada consiste em dividir a população em subgrupos, denominados estratos. Estes estratos devem ser internamente mais homogêneos do que a população toda, com respeito às variáveis em estudo. Por exemplo, para estudar o interesse dos funcionários de uma grande empresa em realizar um programa de treinamento, podemos estratificar esta população por nível de instrução, ou pelo nível hierárquico, ou ainda, por setor de trabalho. Devemos escolher um critério de estratificação que forneça estratos bem homogêneos, com respeito ao que se está estudando. Neste contexto, um prévio conhecimento sobre a população em estudo é fundamental.

Amostragem Não Aleatória: em geral, as técnicas de amostragens não aleatórias procuram gerar amostras que, de alguma forma, representem razoavelmente bem a população de onde foram extraídas. Em linhas gerais, a amostragem não aleatória consiste na “escolha” de determinados elementos para formar a amostra, utilizando, para isso, algumas técnicas para melhor formar esta amostra.

Amostragem Não Probabilística: nem todo elemento tem uma probabilidade conhecida e positiva de ser selecionado, isto é, alguns elementos terão probabilidade nula de comporem a amostra.

Amostragem por Cotas: este tipo de amostragem assemelha-se, numa primeira fase, com a amostragem estratificada proporcional. A população é vista de forma segregada, dividida em diversos subgrupos. Seleciona-se, para fazer parte da amostra, uma cota de cada subgrupo, proporcional ao seu tamanho. Ao contrário da amostragem estratificada, a seleção não precisa ser aleatória. Para compensar a falta de aleatoriedade na seleção, costuma-se dividir a população num grande número de subgrupos.

Amostragem por Julgamento: os elementos escolhidos são aqueles julgados como típicos da população que se deseja estudar. Por exemplo, num estudo sobre a produção científica dos departamentos de ensino de uma universidade, um estudioso sobre o assunto pode escolher os departamentos que ele considera serem aqueles que melhor representam a universidade em estudo.

Amostragem Sistemática: muitas vezes é possível obter uma amostra de características parecidas com a amostra aleatória simples, por um processo bem mais rápido do que o utilizado nessa. Por exemplo, se queremos tirar uma amostra de 1.000 fichas, dentre uma população de 5.000 fichas, podemos tirar, sistematicamente, uma ficha a cada cinco. Para garantir que cada ficha da população tenha a mesma probabilidade de pertencer à amostra, devemos sortear a primeira ficha dentre as cinco primeiras. Ou seja, na amostragem sistemática, obedece-se a um intervalo de seleção, retirando cada dado de acordo com esse intervalo.

Amostragens Aleatórias: é a seleção dos elementos que farão parte da amostra por meio de alguma forma de sorteio.

Cadastro: consiste em uma lista das unidades para amostragem.

Dados Primários: são os dados que são levantados observando-se diretamente o que se quer estudar.

Dados Secundários: são os dados levantados diretamente de alguma publicação ou arquivo, que já existem e estão prontos para ser utilizados.

Elemento: é uma das unidades de observação.

Erro Amostral Tolerável: é o quanto um pesquisador admite errar na avaliação dos parâmetros de interesse.

Erro Amostral: é a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.

Estatística: consiste em alguma característica descritiva dos elementos da amostra. Por exemplo, na população dos funcionários de uma empresa, a percentagem de funcionários favoráveis a um programa de treinamento é um parâmetro. Numa amostra a ser retirada de 200 destes funcionários, a percentagem de favoráveis ao programa de treinamento, nesta amostra, é uma estatística.

Estimativas: são os valores calculados a partir dos dados da amostra, com o objetivo de avaliar parâmetros desconhecidos.

Fração de Amostragem: é a proporção da população que será efetivamente observada (n/N)

Inferência Estatística: refere-se ao uso apropriado dos dados da amostra para se ter algum conhecimento sobre os parâmetros da população.

Levantamento por Amostragem: nas pesquisas científicas, em que se quer conhecer algumas características de uma população, também é muito comum observar-se apenas uma amostra de seus elementos e, a partir dos resultados dessa amostra, obter valores aproximados, ou estimativas, para as características populacionais de interesse. Este tipo de pesquisa é usualmente chamado de levantamento por amostragem.

Parâmetros: são certas características específicas dos elementos da população.

População Alvo: é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas.

População: também conhecida como população acessível, é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características a serem levantadas.

Pré-Teste: é a aplicação do questionário a ser utilizado para a coleta de dados em alguns indivíduos com características similares aos indivíduos da população em estudo. Somente pela aplicação efetiva do questionário é que pode-se detectar algumas falhas que tenham passado despercebidas em sua elaboração. O pré-teste também pode ser usado para estimar o tempo de aplicação do questionário.

Processo de Amostragem: é a metodologia pela qual, num levantamento por amostragem, a seleção dos elementos que serão efetivamente observados seja feita de tal forma que os resultados da amostra sejam informativos, para avaliar características de toda a população.

Questão Aberta: tem como resultado uma resposta livre. Serve para pequenos grupos e para construir questões fechadas. Tem como vantagem o fato da resposta ser livre para o respondente e, como desvantagem, ser de difícil interpretação e apuração.

Questão Fechada: é uma questão com alternativas de múltipla escolha. Estas alternativas devem ser claras, curtas e em número não muito grande e, além disso, ser mutuamente exclusivas e exaustivas. Tem como vantagem ser de fácil apuração e, como desvantagem, o fato de já indicarem respostas.

Questionário: é o instrumento que organiza a coleta de dados de forma organizada. O questionário deve ser completo, no sentido de abranger as características necessárias para atingir os objetivos da pesquisa; ao mesmo tempo, não deve conter perguntas que fujam destes objetivos, pois, quanto mais longo o questionário, menor tende a ser a qualidade e a confiabilidade das respostas.

Unidades de Amostragem: são coleções disjuntas e exaustivas de elementos da população.

Variáveis: são as características que podem ser observadas (ou medidas) em cada elemento da população, sob as mesmas condições. Uma variável observada (ou medida) num elemento da população deve gerar apenas um resultado. As variáveis surgem quando perguntamos o quê vamos observar ou medir nos elementos de uma população.

Variável Qualitativa: acontece quando os possíveis resultados são atributos ou qualidades.

Variável Quantitativa: acontece quando os possíveis resultados são números de uma certa escala.

– Disciplina 3.2.

Técnicas Qualitativas de Levantamento de Dados

Profa. Suely Ferreira Deslandes

Entrevista episódica: distingue conhecimento semântico (conhecimento e colocações abstratas) do conhecimento episódico (voltada para episódios concretos, localizando tempo, espaço, pessoas e situações). Propicia narrativas “em pequena escala”, e é voltada para conhecimento cotidiano. Este tipo de pesquisa é mais utilizada no campo da avaliação de políticas, programas e projetos.

Entrevista focal: é um “protótipo” das entrevistas semi-estruturadas – parte de estímulos específicos (fotos, filmes, frases etc.). Busca associar “não diretividade” com “especificidade”.

Entrevista narrativa: é voltada para vivências/aspectos biográficos; parte de pergunta “geradora de narrativa”. Sua utilização é mais circunscrita a determinadas situações.

Entrevistas semi-estruturadas: geralmente focalizam representações e vivências. Tentam equilibrar não diretividade (dentro de limites) com especificidade temática. Este tipo de entrevista tem roteiro, embora deva haver flexibilidade para abordar outros assuntos fora do roteiro.

Entrevistas: buscam a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e dos grupos sociais; não se destinam à coleta de fatos mas exploram os significados atribuídos às vivências. As entrevistas podem funcionar como estratégia central ou complementar numa pesquisa. A escolha pelo tipo de entrevista deve ser guiada pelos propósitos da pesquisa.

Grupo Focal: é uma técnica de entrevista direcionada a um grupo que é organizado a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas organizadas segundo um determinado quadro teórico de referência.

Membro ativo: envolve-se nas atividades centrais do grupo algumas vezes assumindo responsabilidades diante do grupo, sem contudo assumir os mesmos objetivos e valores.

Membro periférico: busca uma visão interna sem participar das atividades constitutivas do núcleo do grupo de membros.

Membro-completo: já é membro ou se filia por completo ao grupo; envolve a observação em que demanda a vivência subjetiva da experiência.

Observação descritiva: observador como criança que desconhece a cultura – descreve tudo e aos poucos descobre o que é ou não significativo; geralmente se perde em minúcias.

Observação focada: elege focos de observação do que é considerado relevante e prioriza determinadas atividades do grupo (ex: entrevista médica).

Observação seletiva: enfatiza certos atributos das atividades selecionadas (ex: o que faz a aula do professor de matemática diferente da do professor de português?).

Observação: técnica de pesquisa qualitativa (processo) pela qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. Neste processo, o observador está em relação face-a-face com os observados, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

Observador-como-Participante: modalidade empregada como estratégia complementar à entrevista, sendo uma observação quase formal, em curto espaço de tempo.

Observador-Total: o pesquisador omite a interação direta com os informantes, mas não sai da cena e os sujeitos da investigação não sabem que estão sendo pesquisados.

Participante-como-Observador: o pesquisador deixa claro para si e para o grupo sua relação como meramente de campo.

Participante-Total: o pesquisador se propõe a participar como “nativo” em todas as áreas da vida do grupo que pretende conhecer.

Pesquisa Qualitativa: conjunto de práticas materiais e interpretativas que exploram em profundidade os significados das ações sociais, as quais são o objeto de estudo da pesquisa qualitativa, bem como os significados atribuídos pelos seus agentes (instituições, grupos, indivíduos, movimentos sociais). As abordagens qualitativas, a rigor, podem ser empregadas em qualquer modalidade de avaliação (ex-ante, ex-post, diagnóstica, de estrutura, de processo, de resultados/impacto, econômicas, de qualidade etc.). A avaliação qualitativa estará sempre presente quando o avaliador desejar compreender quais os significados que os sujeitos atribuem a qualquer uma das dimensões do programa (definição da demanda, objetivos, estratégias, metas, resultados, sustentabilidade etc) ou como se dá, na prática e no cotidiano, a interface entre a realização das ações do programa e os discursos/concepções sobre estas ações.

– **Disciplina 3.3.** **Análise Exploratória de Base de Dados**

Profa. Claudete Ruas

Média: é a soma dos valores dividida pelo número de valores observados.

Mediana: a mediana procura avaliar o centro de um conjunto de valores, no sentido de ser o valor que divide a distribuição ao meio, deixando os 50% menores valores de um lado e os 50% maiores valores do outro lado.

Moda: apresenta o valor mais freqüente do conjunto de dados. Ela pode não ser única, ou seja, haver mais de uma moda, e também pode não existir, ou seja, não haver qualquer valor repetido na amostra.

Percentis: dividem o conjunto de dados a cada 10% das observações ordenadas.

Quartis: dividem o conjunto de dados a cada 25% das observações ordenadas.

Tabela de Múltipla Entrada: tabela com duas ou mais variáveis.

Tabela Simples: tabela com apenas uma variável.

Variância e Desvio Padrão: tanto a variância quanto o desvio padrão são medidas que fornecem informações complementares à informação contida na média aritmética. Estas medidas avaliam a dispersão do conjunto de valores em análise. Para se calcular a variância ou o desvio padrão, deve-se considerar os desvios de cada valor em relação à média aritmética. Após, constrói-se uma espécie de média destes desvios. A variância é definida como a média aritmética dos desvios quadráticos. O desvio padrão, por sua vez, é a raiz quadrada positiva da variância. O desvio padrão será sempre não negativo e será tão maior quanto mais dispersos forem os valores observados.

Variável Escalar (Intervalar ou Razão): é a variável que apresenta categoria mais ordem mais operações aritméticas. Ex: número de alunos aprovados, gastos com pessoal.

Variável Nominal: é a variável (qualitativa) que apresenta uma categoria. Ex: sexo/gênero, raça/cor, tipo de domicílio.

Variável Ordinal: é a variável (qualitativa) que apresenta categoria mais ordem. Ex: grau de instrução, status sócio-econômico.

Variável Qualitativa: os possíveis resultados de uma variável são atributos ou qualidades.

Variável Quantitativa Contínua: é a variável que podem assumir qualquer valor num intervalo. Geralmente vêm de uma mensuração. Ex: o peso de um indivíduo.

Variável Quantitativa Discreta: é a variável que só assume valores que podem ser listados. Geralmente resulta de alguma contagem. Ex: número de filhos de um casal e número de cômodos de uma casa.

Variável Quantitativa: os possíveis resultados de uma variável são números de uma certa escala.

Bibliografias básica e complementar

AGUILAR, J.M & ANDER-EGG, E., 1994. *Avaliação de Serviços e Programas Sociais*. Petrópolis: Vozes.

ATKINSON, Tony; CANTILLON, Bea; MARLIER, ERIC & NOLAN, Brian. *Social Indicators*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2002.

AZEVEDO, João Pedro, BARROS, Ricardo, CARVALHO, MIRELA DE & HENRIQUES, Ricardo. Um Mapa de Avaliação: O caso do programa Brasil Alfabetizado. Mimeo.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. Editora da UFSC. Parte I – O Planejamento da coleta de dados: capítulos 2 e 3.

BARREIRA & CARVALHO (ORGS). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. SP:IEE/PUC-SP, 2001. Em especial os capítulos de Draibe, S. M. (pags 13 a 42); Arretche, M. (págs 43 a 56) e Wanderley & Blanes (pgs 163 a 181).

BRASIL, Ministério da Educação, FNDE. Relatório de atividades 2004. http://www.fnde.gov.br/home/fnde/rafnde2004_final.pdf

BRASIL, Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004.

BRASIL. Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

BRASIL. LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

BRASIL. Portaria MP nº 198, de 18 de julho de 2005.

BRASIL. Resolução FNDE nº 1, de 27 de dezembro de 2005.

CANO, I. Avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CASTRO, M.H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

CHIZZOTI, A., 1991. *A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Editora Cortez.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais - 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, F.L. & CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 37(5): 969-992, 2003.

- DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. 5ª edição, Atlas/2003.
- FAPESP. Indicadores em Ciência, Tecnologia e Inovação. São Paulo, 2005.
- FLICK, U. A entrevista episódica. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som (Bauer, M & Gaskell, G., orgs), pp. 114-136.. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GARCIA, R.C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.
- GASKELL, G. 2002. Entrevistas individuais e grupais. Pp. 64-89. In: Bauer, M & Gaskell, G. (orgs.), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas.
- GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Anais do 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2004.
- HAGUETTE, T, M, F. 1990. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HILL, M.M. & HILL, A.B. 1998. *A Construção de um Questionário*. Lisboa: Dinâmia Editora.
- HOLLAND, W.W., 1983. *Evaluation of Health Care*. Norfolk: Oxford University Press.
- IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. (www.ipea.gov.br).
- JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56(2):137-160, abr/jun 2005.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil – 3ª Edição. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- JANNUZZI, P.M. e LOUREIRO, M. Equipamentos culturais, biblioteca e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais. Transinformação, 15:23-44, 2003.
- JOWET, Paul & ROTHWELL, Margareth. *Performance Indicator in the Public Sector*. London: The MacMillan Press Ltd. 1998.
- KRUEGER, R. 1998. *Analyzing & Reporting Focus Groups Results*. London: Sage Edition.
- LAPPONI, Juan Carlos. *Estatística usando Excel*. Editora Campus. 2005.
- LOBATO, L. Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. In: Trabalho, Educação e Saúde, 2(1):95-106, 2004.
- MACHADO, Nelson. Sistema de informação de custo – diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental – ENAP, 2005.
- MALMEGRIN, Maria Leonídia & RIBEIRO FILHO, Rivaldo. Custo e eficiência – uma abordagem.
- MARCONI, M.A. & LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

- MARSHALL, T. – “Cidadania e Classe Social”, em Marshall, T. *Cidadania, Classe Social e Status*, Zahar, Rio de Janeiro, 1964.
- MEDEIROS, Marcelo – “A Trajetória do *Welfare State* no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990”, *Texto para Discussão* n. 852, IPEA, Brasília, dez. 2001.
- MENDONÇA, L.E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINAYO MCS. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo Hucitec, 2002.
- MINAYO, M.C.S., SOUZA, ER, ASSIS, S (orgs) 2005. Avaliação por triangulação de métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MORGAN, D. 1988. *Focus Group as Qualitative Research*. Newbury Park: Sage Editions.
- MORRIS, Lynn L.; FITZ-GIBBON, Carol; FREEMAN, Marie. How to Communicate Evaluation Findings. Newbury Park, CAL: Sage Pub. 1987.
- OMS – Organização Mundial de Saúde, 1980. Indicadores para a Monitorização do Progresso visando à Saúde. Genebra, HPC/MPP/DPE/80.2 (Mimeo).
- PÁDUA, E. 2003. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática. Campinas: Editora Papirus.
- PATTON, MQ. *Qualitative Research & Evaluation Methods*. London:Sage, 2004.
- ROCHA, S. Pobreza: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.43-76.
- ROSANVALLON, Pierre – *A Nova Questão Social*, Instituto Teutônio Vilela, Brasília, 1998, introdução.
- RUA, Maria das Graças. *A Avaliação no Ciclo da Gestão Pública*. MIMÉO, 2004.
- RUA, Maria das Graças. *Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias*. 2003.
- RUA, Maria das Graças. *A Aplicação Prática do Marco Lógico*. MIMÉO, 2005.
- SCRISHAW & HURTADO, 1987. *Rapid Assessment Procedures for Nutrition and Primary Health Care*. UCLA Latin American Center Publications. v.11.
- SEADE. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Estadual de Acompanhamento*. São Paulo, 2005. (www.seade.gov.br/produtos/mmilenio).
- SOUZA, ER, MINAYO, MCS, DESLANDES, SF, VEIGA, JPC. Construção dos instrumentos quantitativos e qualitativos. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadoras. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

TANAKA, Oswaldo Y. e MELO, Cristina. IV Escolha Das Abordagens em <http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/textocompleto/adolescente/capitulo/cap04.htm> , parte integrante do livro: Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente- um modo de fazer. São Paulo : Edusp, 2001.

TARACENA, J.E. B 1996. Elementos para avaliação de projetos sociais. Metodologias e técnicas do serviço social. Caderno Técnico, no. 23: 71-83.

WALKER, Robert. Produzindo Impacto Social. São Paulo: EPU, 2002. CAP 1 e 2, p.1-33.

WEISS, Carol H. Evaluation, Methods for Studying Programs and Policies. New Jersey: Prentice Hall, 1998. CAP-5 (p.97-112); CAP.8 (p.180-213); CAP 10 (p.235-250), CAP-13 (p.295-310).

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. *Inclusão e Cidadania, Estado e mercado: antigos binômios em versão atual* (texto para discussão, LEPS/UFRJ, maio de 2005).

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira – *A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil*, ed. Revan, Rio de Janeiro, 1998, cap. 4.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira – *Em Torno do Conceito de Política Social: notas introdutórias*, texto para discussão, IE/UFRJ, dezembro de 2002.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira – “Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos”, em Viana, Elias e Ibañez (orgs), *Proteção Social Dilemas e Desafios*, ed. Hucitec, São Paulo, 2005.